

## GABINETE DO PREFEITO

### LEI ORDINÁRIA Nº 1.458 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.436, DE 19 DE MAIO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E SANÇÕES RELACIONADAS À PROLIFERAÇÃO DO AEDES AEGYPTI E OUTROS VETORES NO MUNICÍPIO DE TERENOS/MS.

O **PREFEITO MUNICIPAL INTERINO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O §1º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.436, de 19 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º [...]*

*§1º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeita os responsáveis às seguintes sanções, de acordo com a natureza do imóvel:*

*I - Propriedade Particular (sem fins lucrativos):*

*a. Primeira ocorrência: Advertência;*

*b. Segunda ocorrência: Multa de 5 (cinco) UFITs;*

*c. Terceira ocorrência e seguintes: Multa dobrada a cada reincidência.*

*II - Propriedades comerciais, industriais e/ou empresariais:*

*a. Primeira ocorrência: Advertência;*

*b. Segunda ocorrência: Multa de 5 (cinco) UFITs;*

*c. Terceira ocorrência e seguintes: Multa de 10 (dez) UFITs e suspensão das atividades até a regularização. A cassação do alvará poderá ocorrer em caso de reincidência grave.*

*III - Imóveis fechados, abandonados ou onde haja recusa de acesso:*

*a. O proprietário será notificado e, persistindo a recusa, poderá ser ajuizada ação judicial para ingresso compulsório, com apoio policial se necessário;*

*b. Multa de 5 (cinco) UFITs por ocorrência. ”*

Art. 2º- O art. 6º da Lei Municipal nº 1.436, de 19 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 6º. A fiscalização será exercida pelo Departamento de Rendas Municipais e Fiscalização, com apoio dos Agentes de Combate às Endemias, Agentes Comunitários de Saúde, Fiscais Sanitários e, quando necessário, da Polícia Militar. ”*

Art.3º - Fica acrescido o art. 4º-A à Lei Municipal nº 1.436, de 19 de maio de 2025, com a seguinte redação:

*“Art. 4º-A. O valor das multas aplicadas com base nesta Lei será cobrado por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedido pela Secretaria Municipal de Finanças. ”*

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Terenos-MS, 01 de dezembro de 2025.

Arlindo Landolfi Filho

Prefeito Municipal Interino

Matéria enviada por EMERSON MIGUEL MIRANDA ARAUJO